



## MODERNOS, ANTIGOS E ATRASADOS:

### *A QUESTÃO DO VALOR PATRIMONIAL E A QUERELA DO HOTEL INTERNACIONAL REIS MAGOS (NATAL-RN)<sup>1</sup>*

**George Alexandre Ferreira Dantas**

DARQ, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN

[georgeafdantas@ct.ufrn.br](mailto:georgeafdantas@ct.ufrn.br)

**José Clewton do Nascimento**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN

[jclewton@hotmail.com](mailto:jclewton@hotmail.com)

**Natália Miranda Vieira-de-Araújo**

Universidade Federal de Pernambuco, UFPE

[natvieira01@hotmail.com](mailto:natvieira01@hotmail.com)

#### Resumo

Este artigo é essencialmente um exercício de memória e resistência, com inegável sentido de relato quase jornalístico. Pela memória, presta-se a registrar o passo a passo das discussões e querelas que se formaram em torno dos intentos de demolição do Hotel Internacional Reis Magos (HIRM), retomados nos últimos meses de 2013. Pela resistência, serve como maapeamento de erros e acertos, dos limites e possibilidades do debate sobre as questões arquitetônicas e urbanísticas e, em especial, das patrimoniais quando assomam à esfera pública, como sói acontecer no Brasil. Como uma das questões de fundo, ilumina-se com nitidez as dificuldades de compreensão do acervo da arquitetura modernista como patrimônio, cuja possibilidade de restauro, preservação e reuso muitas vezes nem se coloca. E, cabe enfatizar, essa dificuldade vem à tona mesmo entre os colegas arquitetos e urbanistas, engenheiros ou do campo das artes em geral. Parece que a questão do patrimônio, a despeito dos inúmeros avanços nas experiências projetuais e do acúmulo de discussões e formulações teóricas e conceituais, não consegue escapar, ao menos na esfera pública, da ideia do tombamento. É possível construir um novo campo discursivo em prol de uma noção de tombamento que possibilite albergar intervenções contemporâneas?

**Palavras-chave:** Hotel Internacional Reis Magos. Tombamento. Reuso. Preservação. Debate

#### Abstract

This article is essentially an exercise of memory and resistance, with an undeniable sense of quasi-journalistic report. Through memory, it registers the storyline and the details of the arguments and complaints about the intended demolition of Hotel Internacional Reis Magos, retaken in late 2013. Through resistance, it works as a register of mistakes and successes, limits and possibilities created when constructing a debate about architectural, urbanistic and (in particular) heritage-related questions. As one of the background questions, it enlightens the difficult recognition of modern architecture as heritage, whose possibilities for restoration, preservation and reutilization are often not even considered. It is important to stress that this difficulty comes out even among fellow architects and urbanists, engineers and artists. It seems that the heritage question, in spite of countless advances in conceptual experiences and the accumulation of theoretical and projectual formulations, cannot escape, at least at the public sphere, from the idea of listing. Along with this idea, fear and resistance from complete "freezing" contribute to stir up the disputes. Which alternatives are there to surpass this dichotomy? Is it possible to build a new discourse towards an idea of listing that makes it possible to include contemporary interventions?

**Keywords:** Hotel Internacional Reis Magos. Listing. Reutilization. Preservation. Debate.

---

<sup>1</sup> DANTAS, George A. F.; NASCIMENTO, José Clewton do; VIEIRA-DE-ARAUJO, Natália M. Modernos, antigos e atrasados: a questão do valor patrimonial e a querela do Hotel Internacional Reis Magos (Natal -RN). In: 11° SEMINÁRIO NACIONAL DO DOCOMOMO BRASIL. Anais... Recife: DOCOMOMO\_BR, 2016. p. 1-10.



## 1 À GUIA DE INTRODUÇÃO: POR UM TEXTO DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Este artigo é, antes de mais nada, um exercício de memória e de resistência. Assim, ainda que acadêmico, pejado portanto das notas, referências e demais anteparos necessários, tem um inegável sentido de relato quase jornalístico. Pela memória, presta-se a registrar o passo a passo e as minudências das discussões e querelas que se formaram em torno dos intentos de demolição do Hotel Internacional Reis Magos (HIRM), retomados nos últimos meses de 2013. Pela resistência, serve como mapeamento de erros e acertos, dos limites e possibilidades da construção do debate sobre as questões arquitetônicas e urbanísticas e, em especial, das patrimoniais quando assomam à esfera pública, conquanto fraturada e incompleta, como sói acontecer no Brasil.

Como uma das questões de fundo, ilumina-se com nitidez as dificuldades de compreensão do acervo da arquitetura modernista como patrimônio, cuja possibilidade de restauro, preservação e ou reuso muitas vezes nem se coloca. E, cabe enfatizar, essa dificuldade vem à tona mesmo entre os colegas arquitetos e urbanistas, engenheiros ou do campo das artes em geral. Parece que a questão do patrimônio, a despeito dos inúmeros avanços nas experiências projetuais e do acúmulo de discussões e formulações teóricas e conceituais, não consegue escapar, ao menos na esfera pública, da ideia do tombamento.

Tombamento. Palavra e possibilidade que, mais do que salvar, parece assustar tão-somente. Inúmeros são os casos – pitorescos, lamentáveis, açodados – em que a mera sinalização da ação de tombamento pelos órgãos de preservação levou ao derribamento físico do bem que poderia vir a ser preservado. Não deixa de ser sintomático que a palavra tenha sido tomada em sentido literal como lugar-comum nos embates em torno do HIRM nas redes sociais digitais. O tombamento-preservação deu lugar ao tombamento-demolição no acirramento das discussões, pode-se dizer. É possível então construir um novo campo discursivo – que não seja apenas técnico e que supere essa dicotomia, em prol de uma noção de tombamento que possibilite albergar intervenções contemporâneas? O caso do HIRM pode ser exemplar dessas possibilidades.

Construído no contexto do desenvolvimento urbano de Natal vinculado ao turismo da década de 1960, o Hotel Internacional Reis Magos logo se tornou uma referência local e regional (BENTES SOBRINHA, 2001). Inaugurado em 1965, o HIRM, projeto do escritório pernambucano de Waldecy Pinto, Antonio di Dier e Renato Torres, seria ponto de visitação e hospedagem mais refinada dos viajantes dos estados vizinhos, local para realização de eventos de porte nacional e internacional (como o Congresso de Astronomia, em janeiro de 1967) e elemento estruturador, potencializando a ocupação urbana da área entre a Praia de Areia Preta e a Ponta do Morcego (cuja caracterização como espaço de lazer urbano já se definira no início do século XX) e o secular Forte dos Reis Magos. Mais ainda, e em consequência, torna-se marco na paisagem urbana, referência de lazer e apropriação espacial e simbólica da população da cidade, principalmente dos bairros adjacentes (vários deles de características populares). A relevância do HIRM se mantém até meados da década de 1990, quando, por uma série de razões, é deixado sem uso pelo grupo proprietário (Hotéis Pernambuco S/A, liderado até recentemente pelo empresário José Pedroza).

Assim, ao longo dos últimos vinte anos, várias propostas foram apresentadas, ora apontando para reformas que retomassem o uso primordial como hotel, ora para novos usos e adaptações. Em todas as propostas, de maneira geral, mantinham-se as características formais e espaciais fundamentais de um edifício que foi reconhecido, também, como exemplar significativo da “boa” arquitetura modernista brasileira dos anos 1950 e 1960. O bloco principal que serpenteia, erguido sobre pilotis e cercado por jardins, os expressivos cobogós que compõem a fachada sudoeste, a estrutura independente que estabelece o ritmo racional das fachadas, o prisma trapezoidal que intercepta o bloco maior, são alguns dessas características fundamentais que destacam o edifício em meio ao acervo modernista que ainda sobrevive em Natal.



Mais recentemente, no final de 2013, começaram a vir a lume notícias que o HIRM seria demolido pelo grupo proprietário. Tal fato foi recebido com estranheza, afinal as notícias até então apenas reforçavam a tentativa de negociação em prol da restauração do imóvel.<sup>2</sup> A PMN já cogitava desapropriação do imóvel para reformá-lo e usá-lo como centro administrativo ou mesmo, em parceria com o trade hoteleiro, como albergue internacional.<sup>3</sup>

Ainda assim, essa proposta de demolição receberia apoio aberto do então Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Natal (SETUR/PMN), Fernando Bezerril, apontando para um novo projeto – de um centro empresarial com grandes fachadas envidraçadas – sobre os escombros do antigo. Mais ainda, apontaria para futura alteração na legislação de proteção do gabarito e da paisagem da região.<sup>4</sup> É importante registrar que o projeto preliminar (com três novas torres de sete pavimentos cada foi rechaçado pela SEMURB, exatamente por contrariar a legislação urbanística da área). O tema da demolição do HIRM revelaria assim suas pegadas, tornando-se um cavalo de batalha para os interesses imobiliários sobre região com grande potencial de valorização.

Certos textos, de tão desabridos, devem ser lidos como espelho invertido. Essa matéria do início de 2014 expõe as fraturas das discussões – e de como a legislação se transforma, invariavelmente, em obstáculo a certas visões de “progresso”. Os lugares-comuns se empilham, como o tema do engessamento, como se usa falar toda vez que se discutem alterações no Plano Diretor, e a ameaça da alteridade – a degradação e as invasões de terra. De resto, temas que funcionam como palavras-fetichê que mobilizam muito mais medos do que realidades investigáveis:

A maior razão de José Pedroza, pai, é de que **nenhum tostão deveria ser aplicado no projeto enquanto a Praia do Meio continuasse restrita ao gabarito** de quatro andares pelo Plano Diretor de Natal, um problema que também engessa o desenvolvimento da Zona Norte e **entrega toda a área de bandeja para a degradação das invasões de terra.**<sup>5</sup>

Esse tipo de discurso veiculado na imprensa local levou a reações e a mobilização de parte da sociedade civil organizada. O Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural e da Cidadania (IAPHACC),<sup>6</sup> de maneira mais decidida, ingressou com pedido de tombamento nas três instâncias de governo e provocou o Ministério Público Estadual a se manifestar e cobrar posicionamento dos entes públicos.

Este artigo pretende então discutir, tomando como ponto de partida a querela que se formou e se exacerbou com a possibilidade de demolição do HIRM, as questões e injunções em torno das dificuldades de afirmar a importância da preservação e da conservação dos bens patrimoniais, em especial do acervo modernista, na gestão e nas estratégias de desenvolvimento urbano contemporâneos.

---

<sup>2</sup> Cf., dentre várias, “Hotel Internacional Reis Magos tem prazo para a recuperação”, *Jornal de Hoje*, Natal, 26 jan. 2013, em que se apontava inclusive a proposta de desapropriação pela PMN, caso o grupo Hotéis Pernambuco não garantisse o uso do imóvel.

<sup>3</sup> “A Prefeitura estuda transformar o Hotel Reis Magos num centro administrativo. A Secretaria de Turismo preferia transformá-lo em um albergue. O destino do imóvel, segundo Fernando Bezerril, secretário municipal de Turismo, poderá ser discutido em reunião da Cooperativa de Desenvolvimento da Atividade Hoteleira e Turística, caso as negociações com o grupo controlador não avancem” (*Tribuna do Norte*, Natal, 30 ago. 2013).

<sup>4</sup> Cf. Nelson Freire, Ponto de Vista [blog], 10 set. 2013; *Jornal de Hoje*, Natal, 20 set. 2013.

<sup>5</sup> *Jornal de Hoje*, Natal, 11 jan. 2014. (grifos nossos)

<sup>6</sup> O IAPHACC é uma entidade sem fins lucrativos, surgida em 12 de março de 2004, a partir da iniciativa de um grupo de amigos preocupados com o resgate da história e com a preservação do patrimônio artístico-cultural e da cidadania no Rio Grande do Norte. A ONG é formada por estudantes, servidores públicos e profissionais liberais “unidos por um interesse em comum: o desejo de manter viva a memória cultural do nosso povo.” (Fonte: <https://regynna.wordpress.com/tag/ong-natal/>). Além das discussões sobre o HIRM, o Instituto se envolveu também nos últimos anos com a criação do Museu do Trem, a ser inaugurado ainda este ano, anexo ao IFRN, no bairro das Rocas.



Para tanto, e baseado na participação direta dos autores, acompanha a minudência dos fatos e eventos, as decisões judiciais, os debates públicos (em palestras, reuniões com as comunidades, nas redes sociais, etc.), o envolvimento do Departamento de Arquitetura da UFRN, do CAU-RN e do IAB-RN (posicionando-se publicamente contra a demolição e a favor do reuso), as audiências com o executivo municipal e órgãos do judiciário, as repercussões na imprensa escrita, a mobilização das associações comunitárias, a criação do movimento [R]Existe Reis Magos e a entrada em cena do IPHAN-RN, com o intuito de mapear e problematizar os lugares-comuns e (pré-)conceitos mobilizados.

Contra o acantonamento dos especialistas, o artigo aponta por fim para a necessidade de construir termos comuns que possibilitem a constituição de uma esfera pública em que os agentes envolvidos se reconheçam, em prol de um diálogo criativo e produtivo para o patrimônio.

## 2 DE “MUNDRUNGOS” E CAVALOS DE BATALHA

Quando o Juiz Airton Pinheiro, em decisão de primeira instância prolatada no âmbito da justiça estadual do Rio Grande do Norte, indeferiu a ação cautelar impetrada pelo Ministério Público Estadual (ver RN/PJRN, 2014), a partir de representação feita pelo IAPHACC, acaba, involuntariamente, é verdade, (re)abrindo as portas para uma série de discussões sobre a questão patrimonial na esfera pública, incluindo aí os círculos institucionais de embate e decisão (como palestras, aulas e audiências públicas, além das peças jurídicas).

Se a discussão sobre a questão ambiental conseguiu avançar na esfera pública – e, por conseguinte, no próprio entendimento pelos membros das várias instâncias do judiciário acerca da importância do meio ambiente em relação a outros valores consagrados juridicamente, como o direito de propriedade – o mesmo não se percebe em relação à questão patrimonial, como se depreende em vários estudos mais recentes sobre o tema em Natal (Cf. Assunção, 2014; Andrade, 2002).

As dificuldades para pensar, discutir e formular políticas e projetos para o patrimônio em Natal e no Rio Grande do Norte tem se colocado desde a década de 1990 mais claramente, com os esforços para elaboração de projetos de intervenção em áreas de interesse patrimonial, como o “Fachadas da Rua Chile” e o “Viva Ribeira”. Se essa dificuldade se coloca mesmo para as áreas em que há um reconhecimento mais generalizado de que seriam “históricas” – não à toa, os bairros da Ribeira e Cidade Alta, que foram abarcados pela delimitação do perímetro de proteção patrimonial pelo IPHAN, em 2010 –, o que dizer do acervo eclético, art déco e modernista, em especial em sua variante mais simplificada dos bairros populares, como Alecrim, Quintas e Rocas?!

O mesmo dilema se coloca para o acervo modernista erudito, como bem discutiu Luiz Amorim (2007). Com um agravante: a falta de “velhice”, que dificulta ainda mais o entendimento de discussões que apontam para a necessidade de reconhecimento do valor patrimonial de edifícios, como o HIRM, que tem, invariavelmente e no máximo, cinquenta anos de fundação.

### 2.1 Um cadáver estrutural... e quem foi o assassino?

É desse cipoal de dificuldades, vis-a-vis as disputas urbanísticas e imobiliárias sobre a área em que se insere o edifício, sobre as quais trataremos adiante, que se entende o apodo pejorativo que o juiz Airton Pinheiro utilizou para designar o HIRM: “mundrongo”.<sup>7</sup> A expressão regionalista hoje pouco usada designa originalmente um cavalo velho, sem “serventia”, e se estendeu para as coisas feias, velhas, malamanhadas.

---

<sup>7</sup> “Agora, independente de ter havido uma coerção administrativa, o proprietário informa que pretende instalar um projeto econômico no local, demolindo aquele ‘mundrongo’ e construindo uma galeria de lojas comerciais – dando o pontapé inicial para uma tão necessária recuperação urbanística na região da Praia do Meio; (...)”. (Grifo nosso). RN, PJRN, Processo citado, jan. 2014, fls.51.



A representação original do IAPHACC, que motivaria a ação cautelar impetrada pelo MPE-RN, veio de encontro às notícias publicizadas entre setembro e dezembro de 2013 que informavam o interesse do grupo proprietário, em ação articulada com a SETUR, em demolir o edifício abandonado e construir um novo centro comercial no terreno, com 220 lojas e 300 vagas de estacionamento, além das torres para receber um hotel 5 estrelas.<sup>8</sup> A cautelar solicitava que o Município de Natal não emitisse nenhuma licença ou autorização para demolição do HIRM e, em adendo, que o grupo Hotéis Pernambuco S.A. se abstinhasse de qualquer ação de dilapidação do imóvel, enquanto não se julgasse o mérito da ação – que indicava a necessidade de tombamento à luz do alegado valor histórico e cultural do imóvel para a cidade de Natal.

Como era de se esperar, a resposta técnica sobre a necessidade da cautelar foi rechaçada. Como não havia nenhum pedido de demolição tramitando na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB/PMN), o juízo entendeu que não haveria o *periculum in mora* (RN/PJRN, fls.50-51). Contudo, mais do que a discussão técnica, interessa-nos observar de perto a construção da argumentação sobre o valor do HIRM que embasaria a discussão e decisão nesse momento. E foi isso que mais chamou a atenção, como se percebeu pelos debates que se seguiram e pela reação a certas formulações.

Nesse sentido, deve-se lembrar que, após a representação original junto ao MPE/RN, o IAPHACC, na figura do seu presidente, Sr. Ricardo Tersuliano, procurou apoio dos departamentos de História (DHIS) e de Arquitetura (DARQ) da UFRN, em janeiro de 2014. Diante da urgência do pedido e da impossibilidade de elaborar estudo mais alentado, grupos de professores de ambos departamentos produziram cartas abertas indicando, em linhas gerais, a importância do HIRM. Ambas as cartas foram pensadas ao processo.

Antes de mais nada, a carta defendia a necessidade de debate público sobre o patrimônio e sobre o reconhecimento do HIRM como bem de referência no acervo da produção modernista em Natal:

(...) parece-nos que, no caso de Natal, tem sido muito danoso a essa vivência **os processos de desconstrução simbólica que têm se dado ao lado das ações de demolição e destruição**. Nesse sentido, o caso do estádio Machado é ainda exemplar. O “Poema de concreto”, outra referência importante de qualidade na concepção espacial e estrutural na produção arquitetônica brasileira, foi desenhado como se nem mesmo marco urbano fosse. O possível debate sobre alternativas para reforma e modernização do Machado praticamente não se colocou, amarrado pelas pressas do “novo” e, pior, pelo apagamento do significado do estádio como marco na história da cidade, em sua paisagem, em suas práticas sociais de lazer e cultura.

Infelizmente, muito já se perdeu do patrimônio edificado no Rio Grande do Norte (...). Várias certamente derivadas da falta de educação patrimonial – para a qual contribuem as **discussões enviesadas que tendem à desvalorização e ao apagamento simbólico e histórico** toda vez que um determinado bem é transformado em estorvo a certos interesses do “progresso”.

É por conta desse contexto que, por meio desta, vimos defender e reiterar o valor arquitetônico do Hotel Internacional Reis Magos, assim como sua condição como marco simbólico, histórico e de referência na paisagem; mais ainda, vimos defender a necessidade do debate público sobre o seu destino e nos posicionar abertamente contra a sua demolição.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Tribuna do Norte, Natal, 30 jan 2014.

<sup>9</sup> “Carta aberta em defesa do debate sobre o Hotel Internacional Reis Magos como bem arquitetônico de valor”, documento avulso, s/p., [jan. 2014]; além dos autores deste artigo, subscreveram a Carta os professores Giovana Paiva de Oliveira, Paulo José Lisboa Nobre, Marcelo Bezerra de Melo Tinoco e a arquiteta e pesquisadora Luiza Maria Medeiros de Lima.



Por sua vez, o texto da decisão em primeira instância tornou-se exemplar, como dito acima, das dificuldades de conduzir as discussões sobre o patrimônio, em especial o modernista, no RN. Além de apodar como “mundrongo”, o texto vai tomar o HIRM, visto como “cadáver estrutural”, como “símbolo do abandono daquela região da cidade (Praia do Meio)”. O quadro de decrepitude seria completado com uma observação que, enfatize-se, não encontra guarida em nenhum estudo ou observação sistematizada, quer sanitária, ambiental, urbanística ou sociológica: “O que existe ali é um ninho de ratos, cobras e maconheiros, escoltados todas as noites por um séquito de prostitutas e travestis que lhe cerca os limites!” (RN/PJRN, 2014, fls. 50-51).<sup>10</sup>

Essa coleção de lugares-comuns se estende para considerações sobre as possíveis melhorias sociais e econômicas que um novo edifício poderia ensejar para a área; mais ainda, e reconhecendo “não costuma fazer digressões” em suas decisões, nem “tampouco apontar elementos extra-autos não documentados”, reconhecia que, “nesse caso, diante da perplexidade que me causou a inicial (...), antes de fazer a decisão, consultei a opinião de alguns colegas juízes e promotores sobre o caso”. Desse “encontro”, que não viu nenhuma relevância arquitetônica ou histórica no HIRM, resulta a conclusão de que a cidade não perderia “alguma coisa com a demolição, muito pelo contrário” (RN/PJRN, 2014, fls. 51-52).

Por fim, a pá de cal sobre a possibilidade de avocar valor ao HIRM:

**Com a devida vênia ao posicionamento defendido em Carta Aberta** pelo grupo de professores de arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (...), **não vislumbro no antigo Hotel Reis Magos um bem de valor arquitetônico**, capaz de atrair a proteção constitucional ao patrimônio cultural do Estado, e ressalte-se: reconhecer que o prédio tem um traço de arquitetura modernista, tá [sic] longe muito longe de torná-lo uma singularidade da arquitetura moderna apto a mobilizar a intervenção estatal em defesa do mesmo. (RN/PJRN, 2014, fls. 52-53)

Pergunte-se: qual o fundamento, quais as referências, salvo a reunião dos diletos colegas, para tais conclusões?

Diante disso, e como parte dos autores e signatários da carta aberta original, decidimos transformá-la em uma petição organizada on-line, que rapidamente colheu mais de 1.700 assinaturas, circulando nacional e internacionalmente (para tanto, recebeu também tradução para o alemão, gentilmente preparada pelos professores Betânia Cavalcanti-Brendle e Klaus Brendle).<sup>11</sup>

Publicada no mesmo dia em que o texto da decisão do juiz Airton Pinheiro foi assinado e divulgado, o texto da carta – agora petição – motivou uma série de discussões e ações que se estenderiam pelos dias e semanas seguintes.

## 2.2 Data vênia, não, senhor!

Em meio aos embates nas redes sociais e às tentativas de estabelecer contraponto ao que foi inicialmente uma avalanche de textos depreciativos sobre a possibilidade de tombamento do HIRM,<sup>12</sup> foi convocada uma entrevista coletiva, encabeçada pelo DARQ e pelo IAPHACC, para

<sup>10</sup> Ainda bem que, na sequência, o juízo adverte: “(nada contra nenhuma dessas profissões!)”.

<sup>11</sup> A petição pode ser encontrada na plataforma Avaaz. Ver: [https://secure.avaaz.org/po/petition/Ministerio\\_Publico\\_Estadual\\_do\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Norte\\_Contra\\_a\\_demolicao\\_do\\_Hotel\\_Internacional\\_Reis\\_Magos\\_NatalRN/?pv=2](https://secure.avaaz.org/po/petition/Ministerio_Publico_Estadual_do_Rio_Grande_do_Norte_Contra_a_demolicao_do_Hotel_Internacional_Reis_Magos_NatalRN/?pv=2)

<sup>12</sup> Dentre vários, veja-se o texto de opinião do engenheiro e empresário Adauto Medeiros (“se tombar quem vai cuidar?”, Tribuna do Norte, 05 fev. 2014), cuja pergunta, pertinente, diga-se, logo se perde em meras desqualificações, como “discussão bizantina”, e ironias vazias como usar o termo “arautos do bem”. A sugestão de que os envolvidos com a discussão sobre o HIRM nos preocupemos com outros casos mais urgentes, como o Museu da Segunda Guerra, revela a ignorância olímpica em que muitos se metem: a final, muitos dos autores participaram ou participaram de projetos culturais e arquitetônicos de estudo, documentação e preservação. O IAPHACC, e.g., conduz de maneira abnegada a criação do Museu do Trem em Natal.



esclarecer os termos da discussão, os fundamentos do pedido. Com o apoio do IAB-RN, na figura da sua então presidente, arquiteta Patrícia Luz, e do CAU-RN, com o presidente e arquiteto Raquelson Lins, a entrevista ocorreu no dia 30/01/2014, no Auditório do Centro de Tecnologia/UFRN, com a cobertura de vários órgãos de imprensa escrita e televisiva.

Antes de mais nada, a entrevista foi marcada pelo esforço para 1) demonstrar didaticamente a importância do HIRM não apenas para a história da arquitetura no Nordeste e 2) para qualificar o debate, defendendo o lugar da fala e do saber profissionais e técnicos como parte importante das estruturas de argumentação, de gestão e decisão. Não era possível aceitar que se pedisse data vênua para uma carta de especialistas, substituída pela reunião de operadores do Direito.

Nesse sentido, insistíamos em apontar para as possibilidades de projeto, de intervenção qualificada que partisse dos valores fundamentais do HIRM como objeto arquitetônico e urbanístico, recuperando as ideias contidas na carta-petição:

É inaceitável que a primeira solução aventada seja a demolição do Hotel. Há todo um conjunto de reflexões teóricas e de práticas projetuais desenvolvidas nas últimas décadas que apontam diversas possibilidades de trabalhar e atuar sobre o patrimônio, com respeito a sua integridade e autenticidade, ao mesmo tempo em que se atende às demandas legais e tecnológicas contemporâneas.

Há alternativas. Há profissionais de Arquitetura e Engenharia – em Natal, no Nordeste, no Brasil – capazes de construir propostas criativas e viáveis. Para tanto, o debate público é fundamental.<sup>13</sup>

Nessa mesma semana o promotor Joao Batista Machado, do MPE/RN, recorreu da decisão em primeira instância, enfatizando a necessidade que se aguarde a manifestação dos órgãos de cultura sobre o pedido de tombamento do imóvel. No sábado, dia 01/02/2014, alunos e professores de vários cursos de Arquitetura e Urbanismo de Natal promoveram sessão de desenho de observação e um “abraço simbólico” ao edifício.<sup>14</sup>

Figura 1 – Abraço simbólico ao HIRM, em 01 de fevereiro de 2014



Fonte: Tribuna do Norte, 01 fev. 2014

Há uma aceleração de ações, marchas e contramarchas nas discussões sobre o HIRM. Ainda sem maior embasamento, o recurso do MPE/RN foi indeferido em segunda instância pelo desembargador Ibanez Monteiro – que se ateve a questão técnica da inexistência de pedido de alvará de demolição junto à SEMURB/PMN.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Carta aberta, op. cit., s/p.

<sup>14</sup> Cf. “Grupo promove ‘abraço’ simbólico”, Tribuna do Norte, 01 fev. 2014.

<sup>15</sup> Tribuna do Norte, Natal, 06 fev. 2014.



Os eventos se precipitam. Alguns dias depois dessas ações, a Fundação José Augusto, órgão cultural vinculado à Secretaria de Cultura do Governo do Estado do RN, acata a inicial do IAPHACC e decreta o “tombamento provisório” (isto é, protegido de qualquer ação até que os estudos definitivos sobre o valor patrimonial do imóvel fossem apresentados) do HIRM.<sup>16</sup> Esse episódio ainda precisa ser melhor aclarado, mas é fato que esse ato deu fôlego para a construção de reflexões e propostas para o HIRM como contraponto à ideia de demolição.

Chama a atenção a recorrência na repetição de equívocos e erros factuais básicos, como se percebe na fala do empresário Arnaldo Gaspar Junior, presidente do SINDUSCON/RN:

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Norte (Sinduscon-RN), Arnaldo Gaspar Júnior, considerou nesta terça-feira, o tombamento provisório requerido pela Fundação José Augusto das ruínas do antigo Hotel dos Reis Magos **“um absurdo, especialmente quando já existem decisões de primeiro e segundo grau na Justiça já autorizando”**. (...)

Sobre isso, o dirigente acrescentou que **não considera o Reis Magos como um imóvel com valor de tombamento, especialmente nas condições em que se encontra**. E se disse perplexo que decisões de um juiz e um desembargador sejam desconsideradas dessa maneira, criando impedimento para que uma área venha ser beneficiada com investimentos novos, beneficiando todos os moradores do lugar – no caso as praias do Meio, do Forte e dos Artistas.<sup>17</sup>

O equívoco do vínculo entre valor e estado de conservação é compreensível para um leigo, pode-se dizer. Contudo, a leitura equivocada acerca das decisões judiciais, não. Tanto a primeira e, principalmente, a decisão de segunda instância apontavam para a falta de base para o pedido de ação cautelar, tão somente. Uma abordagem mais técnica. Não cabia autorização do ato de demolição – que, para tanto, exige cumprimento dos trâmites, com apresentação de estudos, projetos, junto a SEMURB/PMN. O texto da decisão em primeira instância é que se arvora a discutir política urbana sem embasamento algum, sem pontuar as questões já existentes, escorregando para o positivismo das obras por si, sem discutir como os novos investimentos, atrelados a ideia de alteração da legislação, poderia beneficiar os moradores do lugar.

Em meio a esse emaranhado de questões, a permanência de malentendidos e incompreensões sobre os pressupostos das discussões, três aspectos foram se tornando claros: a necessidade de desenvolvimento de um estudo mais alentado sobre o valor patrimonial do HIRM (aprofundando os termos do que se tornara a carta-petição); a articulação com os moradores dos bairros circundantes; e a estratégia para dar visibilidade à discussão, buscando superar as confusões semânticas e conceituais acerca do tema e, mais ainda, as argumentações falaciosas.

### 2.3 Um parêntese ou das (im)possibilidades do debate nas redes sociais

Um dos espaços mais utilizados como campo de discussão acerca da polêmica gerada pela possibilidade de demolição do hotel foi o das redes sociais criadas via internet. Sobre este aspecto, Oliveira e Liberalino (2014) desenvolveram uma reflexão ainda sob o calor dos acontecimentos sobre a percepção ambiental do Hotel Reis Magos, cuja questão central trata do modo como as pessoas experienciam e percebem a arquitetura do HIRM e seu entorno, reconhecendo ou não como objeto de significação cultural, remontando esta percepção ao passado glamoroso e/ou ao presente, onde prevalece a imagem do abandono.

As autoras identificam a importância dos estudos desenvolvidos no âmbito acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, que o valor histórico, simbólico e arquitetônico do HIRM para a

<sup>16</sup> “FJA adota medida para preservar o ‘Reis Magos’”, Tribuna do Norte, Natal, 15 fev 2014.

<sup>17</sup> Marcelo Holanda, [s/t], Jornal de Hoje, Natal, 18 fev. 2014.





cidade, porém, esta noção ainda não seria suficiente para possibilitar o reconhecimento da necessidade da valorização/preservação do bem como edifício significativo do patrimônio cultural natalense. Com relação à temática discutida e apontada nos discursos presentes nas mídias sociais, são identificados dois caminhos: “um grupo compreende e defende a preservação do edifício, enquanto outro demonstra uma grande dificuldade de assimilar e atribuir estes valores ao edifício” (Oliveira e Liberalino, 2014, p. 7).

Em seguida as autoras apresentam, ancoradas nos referidos discursos, os principais argumentos construídos, sob os dois pontos de vista: dos que querem a demolição e dos que defendem a preservação do edifício. Quanto aos primeiros, os argumentos apresentados estão vinculados:

Ao custo com obras de reabilitação; à possível e não comprovada condenação de sua estrutura, que, supostamente, não poderia ser recuperada e à urgente necessidade de apagar da paisagem urbana a imagem do abandono e vandalismo, associadas aos crimes e consumo de drogas no local. (Oliveira e Liberalino, 2014, p. 8)

Com relação ao segundo grupo, o principal argumento apresentado se aproxima dos argumentos apresentados pela instância acadêmica, na discussão puxada notadamente pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, ou seja, “o respeito ao patrimônio histórico e arquitetônico da cidade, símbolo do desenvolvimento do turismo do RN” (Oliveira e Liberalino, 2014, p. 8). Arelada a esta argumentação, o artigo também apresenta um quadro que revela o viés saudosista em grande parte dos depoimentos, em que se busca lembrar “os tempos áureos do HIRM, frequentado por muitos artistas e autoridades”, corroborado pelos seguintes aspectos:

Essas pessoas demonstram o apego ao lugar, facilitados pela identidade de lugar que se desenvolveu ao longo dos anos com a orla e o próprio edifício em si. Como consequência, apreciam a arquitetura moderna, dizem que o edifício é belo e falam do quanto foi luxuoso na época de sua construção (Ibidem, p. 8).

Outro aspecto a se salientar acerca do grupo que defende a preservação do edifício é a ênfase dada à necessidade de reuso do edifício. Nesta perspectiva, os discursos apresentados buscam esclarecer que lutar pela preservação e manutenção do edifício significa manter a imagem do abandono, “congelar” a situação em que o edifício se encontra. Conforme apontado no artigo,

Defendem uma reabilitação contemporânea, agregada à da paisagem da orla, não apenas da arquitetura do edifício e defendem, principalmente, a preservação da história e memória do HIRM, relacionando-a ao desenvolvimento econômico e turístico da região (Ibidem, 2014, p. 8)

## 2.4 Os usos, as memórias, os significados

O esforço de aproximação com as comunidades dos bairros circunvizinhos (Praia do Meio, Brasília Teimosa e Rocas, principalmente) aconteceu desde o início. Mediado pelos contatos do Sr. Ricardo Tersuliano, presidente do IAPHACC, profissionais vinculados ao IAB/RN e ao CAU/RN, além de professores do DARQ/UFRN, conduziram e ou participaram de várias reuniões e palestras nas associações, clubes de mãe e mesmo na sede de escola de samba (no caso, das Rocas).

Isso levou, por um lado, a uma articulação importante entre profissionais, especialistas e população em prol da defesa do debate e da busca de alternativas para o imóvel e, como consequência e mais importante ainda, a uma compreensão maior dos significados do HIRM para muitos moradores, tanto para os que estão na região há mais de 50 anos, desde antes da inauguração do Hotel, quanto



para os mais jovens.<sup>18</sup>

Esses encontros resultaram também em importantes reuniões com o poder público. Primeiro, com Fernando Bezerril, na Secretaria de Turismo, na qual participaram diversas lideranças comunitárias, além de representantes do IAPHACC e do DARQ/UFRN. E, depois, em 26/02/2014, a reunião com o prefeito Carlos Eduardo Alves, com mais de vinte lideranças comunitárias e as representações do CAU, IAB, OAB, DARQ, além de diversas secretarias.<sup>19</sup> Nesse momento, foi publicizada uma informação crucial e um compromisso que serviram para estruturar as lutas nos meses seguintes: primeiro, a informação, revelada pelo próprio prefeito, de que o grupo Hotéis Pernambuco acumulava dívida milionária com o município e que esta dívida teria sido renegociada em 2009, sob a condição de recuperação da estrutura do HIRM. O compromisso, assumido publicamente pelo prefeito, era pelo envolvimento da PMN na discussão, em prol da não demolição do HIRM e, mais ainda, pela requalificação do imóvel como estratégia de desenvolvimento.

Como desdobramento, matérias raivosas, sem contrapontos, falaciosas, contra o compromisso, principalmente pelo Jornal de Hoje.<sup>20</sup> Ainda assim, manteve-se a perspectiva. O próprio empresário José Pedroza veio a Natal e posou, junto com o prefeito, com a chave da cidade, além de apor placa no terreno do HIRM, apontando que o novo Hotel iria surgir. Excetuando tentativas de reunião para discutir algum projeto de requalificação junto a SEMURB, com a consultoria do DARQ/UFRN (reuniões que foram frustradas pela ausência do representante do empresário), pouco aconteceu no segundo semestre de 2014.

As novas ações judiciais, as tentativas de demolição – e desqualificação do debate – assomam com força em 2015. Junto com elas, o Movimento [R]Existe Reis Magos se estrutura.

### 3 [R]EXISTIR É PRECISO

O movimento que se intitula [R]Existe Reis Magos e que se constituiu em torno da defesa da conservação e reutilização da estrutura desse importante patrimônio modernista do nordeste brasileiro, o HIRM, organizou várias mobilizações em frente ao hotel para discutir os rumos do desenvolvimento desta área e as perspectivas que se colocam para a estrutura do hotel.

O [R]Existe Reis Magos foi criado por um grupo de estudantes de arquitetura da UFRN, no início de 2015, na lógica dos modelos horizontais de resistência, como o Ocupe Estelita, de Recife-PE, com a intenção de ampliar o debate institucional e acadêmico já em andamento para a população em geral. O movimento surgiu nesse contexto mais amplo de retomada das mobilizações populares, de ocupação da rua e intervenções (muitas vezes artísticas) para problematizar a inação do poder público, o senso comum de certa visão de “progresso” e “desenvolvimento urbano” (que atropela direitos sociais e as noções de patrimônio ambiental e cultural, para dizer o mínimo) e os interesses que não se nomeiam – por ignorância ou silêncio cúmplice.

A participação dos arquitetos, com destaque para o Estúdio Modelo de Arquitetura (EMA)<sup>21</sup>, Departamento de Arquitetura da UFRN e o Sindicato de Arquitetos do RN são significativas na organização e difusão do movimento, desde o início de 2014 (a partir da provocação do IAPHACC, e com o apoio do IAB-RN, CAU-RN, Comissão de Meio Ambiente da OAB-RN, além de outros setores da

---

<sup>18</sup> Além dos nossos registros memorialísticos, muitos depoimentos foram colhidos em 2014 e 2015 e estão sendo sistematizados pelo jornalista e pesquisador Fred Luna (doutorando do PPGAU/UFRN) e pela historiadora Gessica Régis (IPHAN/RN).

<sup>19</sup> Cf. Tribuna do Norte, Natal, 27 fev. 2014.

<sup>20</sup> Dentre várias, ver “Em defesa do atraso”, Jornal de Hoje, Natal, 07 mar. 2014.

<sup>21</sup> O Estúdio Modelo de Arquitetura, capitaneado pelas arquitetas Raissa Camila Salviano e Flávia Assis teve participação fundamental na organização da mobilização do dia 04 de outubro, ampliando os parceiros do movimento significativamente.



sociedade). Contudo, e por isso mesmo, o debate precisou extrapolar o âmbito do campo profissional da arquitetura e do urbanismo. Precisou e precisa ainda extrapolar também o âmbito do próprio Hotel. Afinal, o que tem se discutido são modelos de cidade e, mais ainda, as possibilidades de pensar o patrimônio como parte das estratégias de gestão, projeto e apropriação democrática dos espaços e paisagens urbanos.<sup>22</sup>

Até o momento já aconteceram três edições do [R]Existe Reis Magos: a primeira em 28 de março, a segunda, em 25 de maio, e a terceira no dia 04 de outubro, todas em 2015. A cada edição se agrega um maior número de pessoas e parceiros em torno da causa. Todas as edições se propuseram a utilizar e ocupar o espaço em frente ao hotel, tendo o último conseguido, inclusive, o fechamento da via no trecho correspondente ao hotel com a devida autorização dos órgãos municipais responsáveis.

Para o evento, foi montada uma estrutura de quiosques, para abrigar as atividades programadas que consistiu em uma exposição didática (organizada pelo Departamento de Arquitetura-UFRN), constando das seguintes informações: um painel trazendo a discussão sobre a questão “Motivos para preservar?”; um painel apresentando exemplos nacionais de edifícios similares recuperados e reutilizados (Hotel Brasília, Copacabana Palace, etc...); e outro painel intitulado “futuros possíveis”, com projetos desenvolvidos por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN para o Hotel Internacional Reis Magos em 2014 e 2015. Um painel foi destinado para que os visitantes pudessem deixar recados, críticas, sugestões.

Outra atividade programada foi uma “roda de conversa”, onde foi realizado um pequeno debate com a população local sobre a situação do Hotel Reis Magos e da área. Neste debate, que contou com a participação da Associação de Moradores da Praia do Meio, o que se identificou foi um consenso de que a questão do hotel faz parte da ideia de desenvolvimento para a área como um todo e não diz respeito apenas à questão do patrimônio modernista, trata-se dos dois lados de uma mesma moeda. Há um consenso, portanto, da necessidade de ações que primem pela conservação e reuso do edifício, garantindo o respeito à legislação que impõe um limite de gabarito para as construções.

A mobilização contou com o apoio de vários grupos culturais e coletivos da cidade, que participaram ativamente, quer seja com as apresentações artísticas (Grupo Folia de Rua, de Ponta Negra, Escola de Samba Balanço do Morro, das Rocas, e vários grupos musicais e artistas locais), quer seja em atividades de organização (Coletivo OIÁ e EMA – Estúdio Modelo de Arquitetura), e de movimentos pró “Cidade para todos” (Movimento Bicicletada). Também foram registrados depoimentos de vários moradores colhidos no dia da mobilização e publicados em blogs locais.<sup>23</sup>

Figura 2 – Grupo Folia de Rua durante o 3º evento [R]Existe Reis Magos (outubro de 2015)



Fonte: Movimento [R]Existe Reis Magos, 2015

<sup>22</sup> Nesse sentido, ver também o texto de Vinícius Galindo (2015).

<sup>23</sup> Cf. e.g. <http://www.brechando.com/2015/10/o-que-os-moradores-da-praia-do-meio-pensam-sobre-hotel-reis-magos/>



## 4 CONCLUSÕES

É importante destacar a especificidade de Natal no que diz respeito aos dilemas do patrimônio cultural e ambiental em uma cidade marcada pela indústria do turismo (de sol e mar) e pelo enorme peso econômico do setor imobiliário (e do seu braço mais recente, o do turismo imobiliário). Assim, e com muita frequência, a discussão sobre a necessidade de conservação e preservação desse patrimônio nem mesmo se estabelece, desqualificada como entrave a novos ciclos de modernização.

Mais ainda, em uma cidade marcada pela fixação pela novidade, a preservação do patrimônio modernista – que já possui a dificuldade inerente a sua pouca idade – assume um desafio ainda maior na capital potiguar, como se depreende da (falta de) discussão sobre a demolição do estádio de futebol Machadão, marco na paisagem urbana de Natal desde os anos 1970 e referência de qualidade arquitetônica (em suas dimensões espacial, estrutural e plástica), que foi transformado em estorvo em meio às discussões de Natal como sede da Copa de 2014. Isto é, antes da demolição física, a demolição simbólica dos bens culturais – processo que tem se repetido, de maneira preocupante, em relação ao Hotel.

Como afirmamos antes, “a obsolescência do moderno é tema crucial a se discutir quanto à questão de valor – funcional e simbólico – e do alcance desse valor – os habitantes da cidade, a nação, o mundo – para que se possa contemplar a possibilidade de pleitear a inclusão de edifícios modernos como objetos de políticas de preservação patrimonial”.<sup>24</sup>

Em meio a esse imbróglio, há um capítulo que merece discussão à parte: as decisões jurídicas sobre o caso. Ora apodado de maneira depreciativa (como “mondongo”, em trecho de humor involuntário e da decisão em primeira instância sobre o pedido de tombamento), ora ignorando o pronunciamento de especialistas,<sup>25</sup> ora reiterando afirmações que não encontram guarida em qualquer observação, sistemática ou não, de campo (de que o Hotel seria abrigo para “marginais” e “drogados”, quando é consabido que o edifício permanece fechado e vigiado há décadas, com zelador e cães), ora encampando “políticas” urbanas e sociais superadas há décadas, tais peças têm descontextualizado e, mais ainda, ajudado a interditar o necessário debate.

Dentro desse contexto, as mobilizações em torno do [R]Existe Reis Magos teve como objetivo central situar a discussão da conservação do Hotel Reis Magos, por meio de sua reutilização e incorporação à dinâmica da cidade contemporânea, neste panorama mais amplo, buscando compreender a cidade que queremos e o patrimônio cultural que representa a cidade de Natal.

Os próximos capítulos dessa história permanecem em aberto... esperamos. Que possam ser construídos coletivamente, sem interdições, sem sofismas. Que seja um capítulo de uma história maior – sobre a ampliação da sensibilidade da consciência sobre a importância do patrimônio para qualidade de vida de uma cidade, de cada cidade Natal.

---

<sup>24</sup> Parte do texto de a apresentação do evento IV DOCOMOMO Norte-Nordeste, realizado em Natal, entre maio e junho de 2012.

<sup>25</sup> O inacreditável recurso do MPF-RN contra a decisão da Justiça Federal (que concede liminar solicitada pelo IPHAN-RN para que os órgãos públicos não a proveem qualquer pedido de demolição do Hotel enquanto não se conclui a discussão sobre o processo de tombamento) não dialoga, cita ou refuta em nenhum momento o documento preparado por diversos professores e pesquisadores do Depto de Arquitetura da UFRN acerca da importância do Hotel Internacional Reis Magos. Documento disponibilizado publicamente (on-line) havia mais de um ano e que pode ser encontrado aqui: <http://www.mprn.mp.br/control/file/Estudo%20sobre%20Hotel%20Reis%20Magos.pdf>



## AGRADECIMENTOS

Este artigo não seria possível – pela história que carrega – sem a contribuição, ao longo dos últimos dois anos, de várias pessoas, as quais tentamos nomear aqui: Ricardo Tersuliano e todos que fazem o IAPHACC; o Movimento [R]Existe Reis Magos (com Alain Souza e Manuela Carvalho e, depois, Raissa Salviano e Flávia Assis, além de Sarah Esli e Evelyne Albuquerque); os muitos discentes dos cursos de arquitetura e urbanismo existentes em Natal; os representantes de Centros Comunitários e Associações de Moradores da área de entorno do HIRM; a procuradora de meio ambiente e patrimônio do RN, Marjorie Madruga; a Procuradora do Município de Natal Marise Costa e toda a Comissão de Meio-Ambiente da OAB/RN, ao CAU/RN e IAB/RN; aos colegas do DARQ/UFRN.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, L. **Obituário Arquitetônico**: Pernambuco Modernista. Recife: Luiz Amorim, 2007.

ASSUNÇÃO, Gabriela de A. L. M. **Percepção ambiental do patrimônio cultural**: estudo de caso na Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN. Dissertação, Natal, PPGAU-UFRN, 2014.

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce P. **Patrimônio Público, Gestão do Território e Direito ao Meio Ambiente**. Os bens da União e dos Estados na implantação hoteleira e turística no litoral leste do Rio Grande do Norte (1930-1990). Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, USP, 2001.

GALINDO, Vinícius. Hotel Reis Magos: descascando o debate superficial do patrimônio cultural, **Minha Cidade**, 176.06, ano 15, março 2015 [disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.176/5469>

OLIVEIRA, Emanuelle; LIBERALINO, Cíntia. Cartão postal às avessas: Hotel Reis Magos, o retrato do abandono. Análise da percepção ambiental do Hotel Internacional dos Reis Magos pela população de Natal/RN a partir de depoimentos nas redes sociais. III ENANPARQ – Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. **Anais...**, São Paulo, 2014.

RIO GRANDE DO NORTE. Poder Judiciário do Rio Grande do Norte. 1ª Vara da Fazenda Pública de Natal. Juiz Airton Pinheiro. **Processo 0800560-83.2014.8.20.0001** [Indeferimento da cautelar solicitada pelo MPE/RN para o HIRM]. 27 jan. 2014.

SEABRA DE MELO, Alexandra Consulin. **Yes, nós temos arquitetura moderna**. Dissertação de Mestrado. PPGAU, UFRN, 2004.

SILVA, Heitor de Andrade. **Revitalização urbana de centros históricos**: uma revisão de contextos e propostas. A Ribeira como estudo de caso. Dissertação, Natal, PPGAU-UFRN, 2002.

SILVA, Paula Maciel. **Conservar, uma questão de decisão**: o julgamento na conservação da arquitetura moderna. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: 2012.

VELOSO, Maísa; VIEIRA, Natália M.; PEREIRA, Marizo. V. **Crônica de uma Morte Anunciada**: Arquitetura Moderna em Natal x Copa de 2014. In: III Seminário DOCOMOMO NORTE NORDESTE, 2010, João Pessoa. Anais do III Seminário DOCOMOMO NORTE NORDESTE, 2010.